



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 72/2013

Cria dois cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º Cria no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, para compor o Grupo Ocupacional Superior, os seguintes cargos:

I - um cargo efetivo de Médico;

II - um cargo efetivo de Engenheiro Civil;

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º A investidura nos cargos efetivos de que trata o art. 1º desta Lei dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 4º A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 5º Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.


Art. 6º A progressão na carreira dos cargos criados por esta Lei dar-se-á de acordo com o disposto nos incisos I e II do art. 5º da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
Rafael ESSA


Pedro Lupat


Jones Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 60/2014

Altera a Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

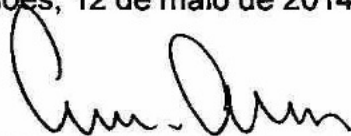
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.927, de 10 de janeiro de 2014.

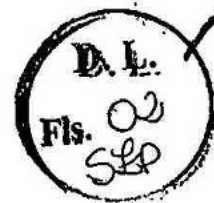
Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



DEP. ELTON WELTER
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



PROJETO DE LEI Nº 783 /2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 28 SET. 2011

Pravato

1º Secretário

Ementa: Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias.

Art. 2º Para os efeitos desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – pinheiro do Paraná: nome comum da espécie *Araucaria angustifolia*, também conhecida como Araucária, Pinho, Pinheiro-Brasileiro, Pinheiro-Caiová, Pinheiro-São-José, Pinheiro-Macaco, Curi'y, Curiúva, Pinheiro-das-Missões, Piño-Paraná ou, ainda, como utilizado em lotes de exportação, Paraná-Pine;

II – recurso florestal: recurso madeireiro e não-madeireiro;

III – povoamento plantado: área florestal formada mediante projeto de reflorestamento aprovado por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

IV – povoamento natural: área onde ocorre recurso florestal nativo ou plantado sem elaboração de projeto de reflorestamento aprovado por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

V – floresta protetora: floresta localizada em área de preservação permanente estabelecida pela legislação federal;

VI – reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

VII - -Mata. de Araucárias: conjunto de espécies arbóreas em estágios diferenciados de desenvolvimento, com funções e finalidades diversificadas, também denominada Floresta Ombrófila Mista.

Art. 3º Os recursos florestais das florestas plantadas de domínio privado do pinheiro do Paraná, não sujeitos aos regimes de reserva legal ou de florestas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



protetoras previstas na legislação federal, são suscetíveis de utilização sustentável condicionadas aos planos de manejo florestal, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Os recursos florestais das florestas naturais de domínio privado em que ocorre o pinheiro do Paraná, não sujeitos aos regimes de reserva legal ou de florestas protetoras previstas na legislação federal, poderão ser suscetíveis de exploração mediante autorização específica do órgão ambiental, observadas as seguintes condições:

I – quando se tratar de espécimes ou formações situadas em pequenas e médias propriedades, que possuírem evidências de terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante declaração de fé pública e reconhecimento por técnico competente efetuado em laudo circunstanciado simplificado, das evidências pela localização ou alinhamento ou, ainda, mediante documentação fotográfica que possa servir para comprovar o fato;

II – quando se tratar de espécimes ou formações situadas em grandes propriedades, que possuírem evidências de terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante elaboração de planos de manejo florestal sustentável, nos termos da legislação em vigor;

III – quando se tratar de espécimes situados em meio à formação em estágios avançados e com diâmetros acima de 0,60 (zero vírgula sessenta) metros ou com evidências de senilidade.

§ 1º A exploração não poderá ser feita de forma a provocar a eliminação permanente da floresta, garantindo-se corredores de biodiversidade entre capões florestais com dimensões mínimas de 50 (cinquenta) metros de largura em sua faixa mais estreita, onde se manterá toda a variabilidade de espécies que compõem o bioma da referida região geográfica.

§ 2º Os espécimes, que deverão permanecer em área não enquadrada como reserva legal nem como floresta protetora, serão averbados e terão direito à compensação prevista no art. 7º desta lei.

Art. 5º Todo pequeno e médio proprietário rural que plantar o pinheiro do Paraná em área sem restrição legal poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, mediante:

I – declaração de reflorestamento, onde constará, necessariamente, a localização dos plantios na planta da propriedade ou georreferenciada, indicando as datas e o número de mudas plantadas, sujeito à verificação, até dois anos seguintes, pelo órgão ambiental competente, que conferirá atestado comprobatório em condições de ser averbado à margem da escritura do imóvel;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)

D. L.
Fls. 04

II – solicitação de visita de técnico competente, no ano seguinte ao do plantio, que emitirá um laudo circunstanciado simplificado relatando o número de mudas existentes e sua posição georreferenciada.

§ 1º As averbações serão reconhecidas como suficientes comprovações de plantio para, quando desejar o proprietário, permitir que os recursos florestais existentes no perímetro demarcado possam ser aproveitados economicamente.

§ 2º O laudo a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo será acompanhado de anotação de responsabilidade técnica correspondente e averbado à margem da escritura do imóvel.

Art. 6º Será incentivada a formação de cooperativas de agricultores para a utilização sustentável dos recursos florestais procedentes da Mata de Araucárias.

Art. 7º As propriedades rurais que mantiverem espécimes ou pinheirais imunes de corte, devidamente averbados nesta condição, e mantiverem as formações de Mata de Araucárias serão beneficiadas com compensações financeiras, por meio de pagamento pela prestação de serviços ambientais.

§ 1º O valor e a forma do pagamento da compensação serão feitos de acordo com regulamentação específica.

§ 2º A compensação será aplicável a áreas próprias ao desenvolvimento dos pinheirais e em áreas não sujeitas ao regime restritivo de reserva legal e áreas de preservação permanente, conforme previsto na legislação federal.

Art. 8º O controle e a aplicação dos preceitos desta lei serão feitos pelos órgãos ambientais competentes, preferencialmente os municipais, em respeito ao princípio da descentralização, recomendando-se atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos agricultores familiares e às comunidades indígenas.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 27 de setembro de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)

D. L.
Fls. 05
SEP

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição foi originalmente apresentada em 2004, na forma do Projeto de Lei nº 237. O projeto não foi apreciado até o término daquela legislatura. Com algumas alterações, a proposição foi reapresentada em maio de 2009, sob o número 254/2009 e recebeu, em 15 de junho de 2009, parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela "juridicidade, constitucionalidade e legalidade". Porém, não tendo sido apreciado até o final daquela legislatura, foi arquivado.

No último dia 8 de junho, esta Casa fez a entrega do Prêmio Qualidade de Vida Ambiental do Paraná aos professores Arnaldo Müller, da PUC, e Flávio Zanette, da Universidade Federal do Paraná, dois dos maiores pesquisadores da *Araucaria angustifolia*. O prêmio foi instituído por meio do Projeto de Resolução nº 20/2010, de nossa autoria, com o objetivo de homenagear anualmente, na Semana do Meio Ambiente, pessoas, empresas ou entidades que tenham se destacado na preservação ambiental no Estado do Paraná. Em respeito ao trabalho desses incansáveis pesquisadores e consciente da necessidade de preservar essa importante espécie e seu manejo sustentável é que voltamos a apresentar este projeto de lei.

O Pinheiro-do-Paraná, espécie altaneira símbolo de nosso Estado, é um fóssil vivo pertencente a um dos gêneros mais antigos da flora do planeta. Seus registros vêm do Período Jurássico, entre 190 e 150 milhões de anos. Aqui encontrou as condições ecológicas adequadas para se desenvolver. No Estado do Paraná, os pinheirais disseminaram-se em 7,628 milhões de hectares. Espécie generosa, dela tudo se aproveita: madeira, resina, pinhões, até as grimpas, queimadas no fogão do caboclo e na sapeca da erva-mate.

Estas qualidades fizeram com que os pinheirais do Sul do Brasil viessem a marcar um dos grandes ciclos econômicos de nossa terra. Entretanto, esta atividade madeireira só durou poucas décadas, em torno dos anos 60, mas ocorreu com intensidade suficiente para extinguir economicamente aquele magnífico patrimônio natural. Uma espécie que se perpetuou por quase duas centenas de milhões de anos, está desaparecendo no curto prazo de uma geração. Estamos vendo isto acontecer. À generosidade daquela espécie, respondemos com nossa avidez. Tudo se retirou, nada se repôs.

Poucas foram as vozes dos que denunciaram outrora aquele saque econômico e ecológico. Repentinamente, porém, movimentos ambientalistas, quase tarde demais, ativaram uma solução extrema e declararam sua moratória: assim, se tornou proibido o aproveitamento da *Araucaria angustifolia*. Quem cortou, faturou, e bem. Quem a preservou, riem-se dele, porque no afã de se preservar a espécie, foram atingidos justamente aqueles que sempre a preservaram.

Por conseguinte, premiou-se o vândalo ambiental, que sequer a lei respeitou não mantendo nas suas terras as matas ciliares e reserva legal. Agora se ameaça com um tipo de desapropriação branca, aplicando o rigor da lei, o agricultor que sempre manteve o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)

D. L.
Fls. 06


pinhal, imaginando desfrutar esta poupança ao lhe chegarem os dias difíceis. Tudo porque a legislação que versa sobre esta espécie nativa caiu de um extremo a outro, tornando-se de flácida a restritiva demais, prejudicando especialmente os pequenos produtores rurais. Mesmo que a pessoa tenha passado uma vida inteira plantando pinheiros, a legislação agora simplesmente proíbe seu justo usufruto, sequer no limite de 15 metros cúbicos a cada cinco anos para melhorias na propriedade, e que antes era permitido.

A consequência desta insanidade legal é imediata. A preservação dos pinheiros existentes está relativamente garantida pela lei (porque esta, sendo radical, aguça ser quebrada). Mas não há um pequeno produtor que plante um só pinheirinho. Pior: se notar algum que insistiu em nascer, logo o arranca, porque é de bom senso não permitir que ali se desenvolva uma espécie intocável, que depreciará sua propriedade. Esses efeitos colaterais de uma legislação falha, levaram nosso pinheiro a ser odiado pela nossa gente. Assim, a continuar do jeito que está, em vez de aumentar a população de araucárias - não nos iludamos - elas estão sumindo com "artimanhas rurais". E as jovens plantas não vingam, porque são destruídas assim que nascem, visto que certamente não terão serventia no futuro.

Resta-nos uma das duas medidas: mantermo-nos inertes diante da morte dos últimos pinheiros, ou agirmos pela vida, para mudar a sua sorte. A sociedade paranaense requer de seus líderes uma atitude, e esta deve ser a de ousadia e determinação, a favor da vida, da qualidade da vida, do respeito a todas as formas de vida. É de justiça que quem investiu na vida dos pinheirais seja recompensado, e aqueles que deles usufruíram, legitimamente ou não, participem de um grande movimento de restauração desta espécie, respeitando-a por seus valores econômicos, ecológicos e culturais. Há que se levantar a voz pela justiça ao pequeno produtor rural que preservou a espécie e pelo que quer ter a oportunidade de fazê-lo.

E há que conclamar a fazerem a sua parte os representantes dos médios e grandes agricultores, e mesmo dos que pleiteiam as causas dos industriais da madeira e celulose que, em última análise, serão os grandes beneficiários da restauração desta valiosa espécie florestal, hoje substituída por variedades norte-americanas, de qualidade inferior, mas sem óbices legais ao seu cultivo e colheita.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO AO PL Nº 783, DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 783/2011

EMENTA: *Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias.*

AUTOR: DEPUTADO ELTON WELTER

RELATOR: DEPUTADO ALEXANDRE CURI

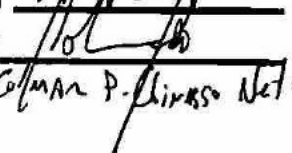
SENHOR PRESIDENTE,

Com fulcro no art. 33-A, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, inconformado com a aprovação de Parecer contrário ao Projeto de Lei em tela, exarado pelo ilustre Relator DEPUTADO ALEXANDRE CURI, vimos interpor o presente RECURSO, aguardando seja recebido por Vossa Excelência, dado que tempestivo e fundamentado, nos termos e razões a seguir expostas.

Termos em que,
Pede e espera
deferimento.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2012.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL

Recebido
Em 17/08/12
Por 
Gilmar P. Lima Neto



RAZÕES DO RECURSO

O r. Parecer aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, em que opina o eminente Relator pela suposta ilegalidade e inconstitucionalidade da proposição, vez que o Autor não deteria "a competência para apresentar o Projeto de Lei em questão, estando a cargo exclusivo do Chefe do Poder Executivo (...)", não pode ser acatado e merece ser reformado, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - BREVE SÍNTESE

O DEPUTADO ELTON WELTER, ora recorrente, apresentou Projeto de Lei, que "*Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias*", na Sessão Plenária do dia 28/09/2011. O PL foi devidamente autuado pela Diretoria Legislativa sob o nº 783/11, seguindo à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (*Ofício nº 123/2011*) e para a Secretaria de Estado da Fazenda (*Ofício nº 124/2011*), no dia 15 de dezembro de 2011, sem que houvesse resposta. Informado do fato, o DEPUTADO ELTON WELTER dirigiu o *Memorando nº. 008/2012-Gab*, 22 de maio de 2012, ao Exmo. DEPUTADO NELSON JUSTUS, Presidente desta CCJ, solicitando fosse determinada a continuidade da tramitação da proposição.

O Relator designado, DEPUTADO ALEXANDRE CURI apresentou voto contrário à aprovação do PL nº 783/2011. Em seguida, foi deferido o pedido de vista do DEPUTADO TADEU VENERI, na forma prevista no art. 51, § 6º, do Regimento Interno desta Casa. O PL nº 783/2011 retornou à pauta da CCJ na sessão de dia 14 de agosto de 2012, ocasião em que foi aprovado o Parecer Contrário do Relator pela ilegalidade e inconstitucionalidade do citado projeto, sob a alegação de



suposto "vício de iniciativa", vencido o voto do DEPUTADO TADEU VENERI, de acordo com a Ata da 23ª Reunião Ordinária.

Cumpre lembrar que a proposição fora originalmente apresentada em 2004, na forma do Projeto de Lei nº 237 que, não tendo sido apreciado até o término daquela legislatura, foi arquivado. Com algumas alterações, a proposição voltou a ser apresentada em maio de 2009, sob o número 254. Tal projeto recebeu, em 15 de junho de 2009, parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, pela "juridicidade, constitucionalidade e legalidade". Porém, também não foi apreciado até o final daquela legislatura e restou arquivado. Por essas razões, o projeto foi reapresentado em 2011 com adequação à melhor técnica legislativa e pequenas alterações.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O PL nº 783/2011, após definir expressões e termos utilizados nos dispositivos constantes do corpo do Projeto, disciplina, em síntese, que:

- 1) os recursos florestais das florestas plantadas de domínio privado do pinheiro do Paraná, não sujeitos aos regimes de reserva legal ou de florestas protetoras previstas na legislação federal, são suscetíveis de utilização sustentável condicionadas aos planos de manejo florestal, nos termos da legislação em vigor;
- 2) os recursos florestais das florestas naturais de domínio privado em que ocorre o pinheiro do Paraná, não sujeitos aos regimes de reserva legal ou de florestas protetoras previstas na legislação federal, poderão ser suscetíveis de exploração mediante autorização específica do órgão ambiental, observadas condições especificadas no projeto;
- 3) a exploração não poderá ser feita de forma a provocar a eliminação permanente da floresta, garantindo-se corredores de biodiversidade entre capões florestais com dimensões mínimas de 50 (cinquenta) metros de largura em sua faixa mais estreita, onde se manterá toda a variabilidade de espécies que compõem o bioma da referida região geográfica.
- 4) os espécimes, que deverão permanecer em área não enquadrada como reserva legal nem como floresta protetora, serão averbados e terão direito à compensação;
- 5) todo pequeno e médio proprietário rural que plantar o pinheiro do Paraná em área sem restrição legal poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, conforme especificado nos incisos e §§ do art. 5º;
- 6) será incentivada a formação de cooperativas de agricultores para a utilização sustentável dos recursos florestais procedentes da Mata de Araucárias;



- 7) as propriedades rurais que mantiverem espécimes ou pinheirais imunes de corte, devidamente averbados nesta condição, e mantiverem as formações de Mata de Araucárias serão beneficiadas com compensações financeiras, por meio de pagamento pela prestação de serviços ambientais, cujo valor e forma de pagamento serão feitos de acordo com regulamentação específica;
- 8) o controle e a aplicação dos preceitos da lei seriam feitos pelos órgãos ambientais competentes, preferencialmente os municipais, em respeito ao princípio da descentralização, recomendando-se atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos agricultores familiares e às comunidades indígenas.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, na forma do parecer contrário do Nobre Deputado Relator, sob os aspectos da legalidade e da constitucionalidade, entendeu-se pela sua REPROVAÇÃO, apontado que foi o vício de iniciativa, com fundamento nos arts. 66, inciso IV, e 87, VI, da Constituição Estadual.

Com o devido respeito que se deva dispensar ao posicionamento da CCJ, o fato é que o PL nº 783/2011 NÃO adentra matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado. Há no julgamento induzido pelas conclusões do Relator erro de análise e de subsunção à espécie, merecendo, pois, ser reformado tal voto, acatando-se o presente recurso e designando-se novo Relator, haja vista, a relevância da matéria, conforme buscar-se-á demonstrar.

O projeto em tela não objetiva invadir a esfera de competência do Chefe do Poder Executivo. O que se busca é, exatamente, dotar o Estado do Paraná de legislação específica em matéria que, a par da existência de legislação federal e de legislação estadual de caráter genérico, trata de temas relacionados à preservação dos recursos naturais, das florestas e, por extensão, da preservação do meio ambiente. Trata-se, pois, de matéria de NATUREZA CONCORRENTE, por força do disposto no art. 24, VI, da Constituição da República, e nos art. 13, VI, da Constituição Estadual, combinado, ainda, com competência COMUM com a União e os Municípios prevista no art. 12, VII, também do diploma estadual. Portanto, a iniciativa estadual não pode ser inibida mesmo diante da existência de legislação federal, e não é este o caso, sobretudo porque não há hierarquia entre leis, sejam federais, estaduais ou municipais, a não ser em face da competência.



É nesse sentido que nos insurgimos contra a reprovação do projeto proposto, com base em alegações não podem prosperar. Senão, vejamos:

2.1. QUANTO À INICIATIVA

O PL nº 783/11 foi vazado em consonância com as atribuições conferidas ao Legislativo Estadual e insertas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa.

2.1.1 Da Constituição Federal

A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo competência para legislar sobre as matérias decorrentes da competência comum e concorrente, previstas nos seus artigos 23 e 24, respectivamente, *in verbis*:

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal **legislar concorrentemente** sobre:

.....
VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente, e controle da poluição;
.....

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A **competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.**

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. [Grifamos]

2.1.2 Da Constituição Estadual

A Constituição do Estado do Paraná garante aos membros da Assembléia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias* de



competência do Estado, *inclusive*, no que diz respeito ao tema ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, assevera, *verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, **dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:**

.....
XVI – matéria decorrente da **competência comum** prevista no art. 23 da Constituição Federal;

XVII – **matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.**

.....
Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias **cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa**, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. [Grifamos]

2.1.3 Do Regimento Interno

A prerrogativa para propor projetos de lei está disposta nos artigos 121 e 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

.....
Art. 124. A **iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia**, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a **iniciativa de qualquer Deputado** ou Comissão.

Da leitura e interpretação sistemática dos dispositivos supramencionados, abstrai-se, num primeiro momento, que são permissivos que legitimam a apresentação do **Projeto de Lei nº 783/11**. Assim, portanto, nada obsta que no âmbito estadual legisemos sobre o tema subsumido nos dispositivos da proposição em análise.



Ao contrário do esposado pelo eminente Relator, a proposta não afronta a constitucionalidade, pois, a nossa "Constituição Cidadã" de 1988 prestigiou e consolidou o sistema federativo e estabeleceu nos artigos 23 e 24 as competências comuns e concorrentes dos entes federados, competindo aos Estados legislar sobre a questão em tela.

O Supremo Tribunal Federal em defesa da Constituição já se pronunciou diversas vezes acerca da correta distribuição de competências em casos de concorrência:

Ministra Ellen Gracie

ADI MC 2396/MS DJU 14/12/01

"Segundo a conclusão exposta no exame do pedido liminar, respaldada pela melhor doutrina, o espaço de possibilidade de regramento pela legislação estadual, em casos de competência concorrente abre-se:

(...)

b) quando, existente legislação federal que fixe os princípios gerais, caiba complementação ou suplementação para o preenchimento de lacunas, para aquilo que não corresponda à generalidade: ou ainda para a definição de peculiaridades regionais."

Prevê o projeto de lei em apreço que o controle e a aplicação de seus preceitos sejam feitos pelos órgãos ambientais competentes, preferencialmente os municipais, recomendando-se atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos agricultores familiares e às comunidades indígenas, haja vista as prescrições contidas na **Constituição do Paraná**:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

.....
VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

.....
Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

.....
VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

No tocante à iniciativa, especificamente no presente caso, não cabe falar em invasão de competência do Poder Executivo, pois o Parlamentar não pretende



criar atividade extra, ou nova, já não inclusa dentre as competências do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Isto, pois, o artigo 87, inciso III, da Constituição Estadual dispõe que compete privativamente ao Governador exercer a "direção superior da administração estadual", porém, o estabelecimento de regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias não avança sobre a competência do Exmo. Governador, pois não retira sua autonomia de dirigir a administração e definir as prioridades orçamentárias.

Ademais, prestação de serviços ambientais está prevista na Lei nº 16.436, de 15 de março de 2010, e na Lei nº 17.134, de 25 de abril de 2012, oriunda de projeto de iniciativa do Executivo, que *"Institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade integrantes do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o biocrédito, e dá outras providências."*

O Decreto Estadual nº. 4.514/2001, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), prevê entre as competências, os objetivos, a estrutura técnico-operacional dentre outras especificações desta fundamental Secretaria de Estado de Meio Ambiente. A Lei Estadual nº 11.054/95, no art. 72, define o IAP como autoridade florestal. O art. 37, do mesmo diploma legal, prevê inclusive que as áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente dessas florestas, *tolerando-se somente a exploração racional desta, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.*

Do exposto, resta claro que a iniciativa do Parlamentar visa meramente tornar a legislação mais adequada, consentânea inclusive com os instrumentos hoje existentes no tocante ao pagamento pela prestação de serviços ambientais, contribuindo para que as competências do IAP/SEMA em executar planos, programas, ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão



de recursos florestais possam ser exercidas na integralidade em conjunto e, especialmente, com o concurso dos municípios.

Competências estas, portanto, já existentes no plano jurídico-normativo, conforme demonstrado, não havendo da parte do legislador exorbitância em sua competência legiferante.

Não haverá a criação de nova atribuição e, portanto, não se adentrará na competência reservada ao Exmo. Governador em definir os rumos da Administração Estadual.

Não há que dizer que o PL nº 783/2011 invadiria a competência privativa do Senhor Governador do Estado, consoante o disposto no art. 66, IV, da Constituição Estadual. Ora, o projeto em comento tão-somente faz referência, quanto muito, a atribuições já fixadas para a órbita de atuação da autarquia estadual antes designada. Não se cria atribuição nova, mesmo porque tal mister não compete a Parlamentares e, sim, ao Chefe do Poder Executivo.

Se toda e qualquer referência num projeto de lei – ou mesmo a simples menção da denominação de dada Secretaria de Estado -, vier a se constituir em desrespeito a prerrogativas ou competências, incorrendo, assim, em “vício de iniciativa”, o espaço operativo do legislador estadual estará fadado a papel subalterno, com o que não se pode concordar.

O Supremo Tribunal Federal – STF já se manifestou, inclusive, quanto à constitucionalidade de lei de iniciativa parlamentar que acarrete despesas para Estado-Membro, inexistindo inconstitucionalidade formal, como na proposição em tela.

Recente acórdão da lavra do então Ministro Eros Roberto Grau ilustra esta tendência da Corte Constitucional:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAPÁ. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA. CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA



JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil — matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. 2. Reconhecimento, pelas Turmas desta Corte, da obrigatoriedade do custeio do exame de DNA pelo Estado-membro, em favor de hipossuficientes. 3. O custeio do exame pericial da justiça gratuita viabiliza o efetivo exercício do direito à assistência judiciária, consagrado no artigo 5º, inciso LXXIV, da CB/88. 4. O disposto no inciso I consubstancia matéria de índole processual — concessão definitiva do benefício à assistência judiciária gratuita — tema a ser disciplinado pela União. 5. Inconstitucionalidade do inciso III do artigo 2º que estabelece a perda do direito à assistência judiciária gratuita do sucumbente na ação investigatória que tenha sido proposta pelo Ministério Público e que tenha como suporte o resultado positivo do exame de DNA. Violação do disposto no inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição de 1.988. 6. Fixação de prazo para cumprimento da decisão judicial que determinar o ressarcimento das despesas realizadas pelo Estado-membro. Inconstitucionalidade do inciso IV do artigo 2º. 7. Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucionais os incisos I, III e IV, do artigo 2º, bem como a expressão "no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação", constante do caput do artigo 3º da Lei n. 50/04 do Estado do Amazonas. (ADI 3394 / AM — AMAZONAS AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 02/04/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007, REPUBLICAÇÃO: DJe-152 DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008, EMENT VOL-02328-01 PP-00099, DJ 24-08-2007 PP-00023, RT v. 96, n. 866, 2007, p. 112-117) [Grifos nossos.]

No mais, o projeto em tela prevê, ainda, a possibilidade de beneficiar com compensações financeiras, por meio de pagamento pela prestação de serviços ambientais, os proprietários rurais que mantiverem espécimes ou pinheirais imunes de corte, devidamente averbados nesta condição, e mantiverem as formações de Mata de Araucárias.

Com fulcro nos dispositivos constitucionais supramencionados, depreende-se que ao Legislativo incumbe a iniciativa da proposta, razão pela qual, inquestionável é a constitucionalidade da proposição em análise, não se vislumbrando qualquer vício de iniciativa.



Parece-nos ter restado claro, também, que o projeto em tela não infringe competência privativa do Governador, conforme pretende, com mera citação de dispositivos e fragilíssima argumentação, o Nobre Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

A rejeição do Projeto de Lei nº 783/2011 virá, sem dúvida, em desprestígio a esta Casa e a seus integrantes, legítimos representantes da população do Paraná. Contrariará o interesse público e as prerrogativas que nos são conferidas pela Constituição. É isto o que não se espera dos Nobres Pares!

III - REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, REQUER:

Seja o presente RECURSO recebido pelo Nobre Presidente, processado por esta Comissão de Constituição e Justiça e, imediatamente, nos termos do § 2º do art. 33-A do Regimento Interno, designado novo Relator;

Seja reformada a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou Parecer contrário ao Projeto de Lei nº 783/2011, para que, assim, seja emitido PARECER FAVORÁVEL, a fim de que a proposição em apreço siga tramitação normal até ulterior discussão e votação pelo Plenário desta Casa, haja vista estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa necessários ao andamento do mesmo.

Termos em que,
Pede e espera
deferimento.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2012.

ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



VOTO EM SEPARADO AO RECURSO NO PROJETO DE LEI Nº 783/11

Projeto de Lei nº 783/11

Autor: Deputado Elton Welter.

Súmula: Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata de Araucárias.

EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

VISTA EM 04/06/13

Deputado Herman B. Jr. + Pedro
Elton
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PREÂMBULO

O projeto de lei em questão teve parecer contrário à sua aprovação, aprovado em 14 de agosto de 2012, bem como foi publicado em 15 de agosto de 2012. Diante da decisão negativa, tempestivamente o autor interpôs Recurso no dia 17 de agosto de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, através do recurso apresentado:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

II - decidir os recursos interpostos contra suas decisões.

No que tangê à competência para legislar, trata-se de matéria comum prevista no artigo 23, VIII, da Constituição Federal, conforme se segue:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



VII - preservar as florestas, a fauna e a flora

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre florestas, conservação da natureza, recursos naturais e proteção do meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Este relator, após detida análise da matéria, chegou à conclusão que as inconstitucionalidades do projeto podem ser sanadas com a apresentação de emenda substitutiva, a qual está anexa ao presente parecer.

Ademais, com a apresentação do substitutivo geral resta afastado o vício de iniciativa pois, além da competência ser concorrente para legislar sobre meio ambiente, ao Poder Executivo cabe a competência administrativa que diz respeito à faculdade para atuar com base no poder de polícia, ao passo que ao Poder Legislativo cabe a competência legislativa que diz respeito à faculdade para legislar a respeito dos temas de interesse da coletividade. Nesse sentido, a competência administrativa é a atribuição que o Poder Executivo tem de proteger o meio ambiente, enquanto a competência legislativa é a atribuição que o Poder Legislativo tem para legislar a respeito de temas ligados ao meio ambiente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo




Desta forma, diferenciando-se a competência administrativa da competência legislativa, é que tenho por afastado o vício de iniciativa, sendo que o presente PL, na forma do substitutivo geral anexo, não invade, a meu ver, a competência administrativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, devendo ser dado provimento ao recurso na forma da emenda.

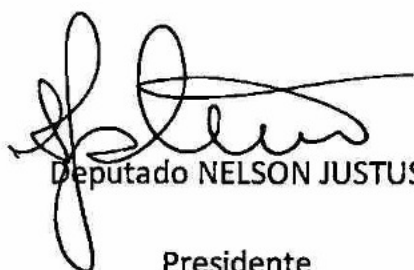
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pelo PROVIMENTO do presente Recurso na forma do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2013.



Dep. Bernardo

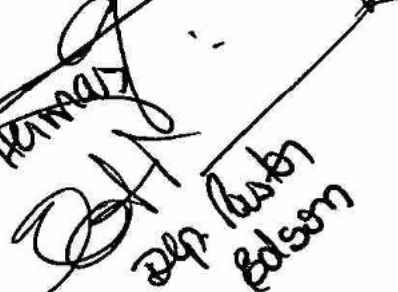

Deputado NELSON JUSTUS

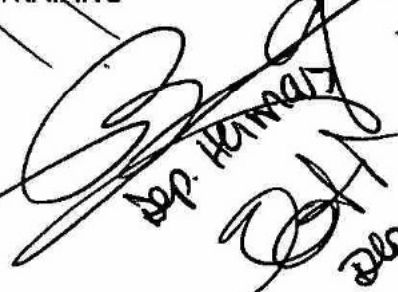
Presidente



Deputado ADEMAR TRAIANO

Relator


Dep. Marini


Dep. Edson


Dep. Hymar


Dep. Dupion



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 783/11

Estabelece regras de proteção e utilização sustentável das Araucárias.

Art. 1º - Esta lei estabelece regras de proteção e utilização sustentável da Araucária.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I- pinheiro do Paraná: nome comum da espécie *Araucaria augustifolia*, também conhecida como Araucária, Pinho, Pinheiro-Brasileiro, Curi'y, Curiúva, Pinheiro-das-Missões, Piño-Paraná;

II- recurso florestal: recurso madeireiro e não-madeireiro;

III- povoamento plantado: área florestal aprovada por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

IV- floresta protetora: floresta localizada em área de preservação permanente estabelecida pela legislação federal;

V- reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

VI- Mata de Araucárias: conjunto de espécies arbóreas em estágios diferenciados de desenvolvimento, com funções e finalidades diversificadas, também denominada Floresta Ombrófila Mista.

Art. 3º - Os recursos florestais das florestas plantadas de domínio privado do pinheiro do Paraná, não sujeitos ao regime de reserva legal ou de florestas protetoras previstas na legislação federal, são suscetíveis de utilização sustentável, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º - Todo pequeno e médio proprietário rural que plantar o pinheiro do Paraná em área sem restrição legal poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, mediante declaração de reforestamento, onde constará, necessariamente, a localização dos plantios na planta da propriedade ou georreferenciada, indicando as datas e o número de mudas plantadas, sujeito à verificação,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

até 04 (quatro) anos seguintes, pelo órgão ambiental competente, que conferirá atestado comprobatório em condição de ser averbado à margem da escritura do imóvel.

§ 1º - As averbações serão reconhecidas como suficientes comprovações de plantio para, quando desejar o proprietário, permitir que as araucárias existentes no perímetro demarcado possam ser aproveitadas economicamente;

§ 2º - A declaração de reflorestamento que se refere o inciso I do caput deste artigo será acompanhada de anotação de responsabilidade técnica quando a área total na propriedade for superior a 20ha.

Art. 5º - Será incentivada a formação de cooperativas de agricultores para a utilização dos recursos florestais procedentes das Araucárias plantadas.

Art.6º - Deverá ser concedido atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos agricultores familiares e às comunidades indígenas.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 2013.

Dep. Bernardo
Dep. Walter
Dep. Hernandes
Dep. Kerpion
Dep. Carlos
Deputado Ademar Trianco
Relator

Presidente
Dep. Nelson Jurky
Dep. Turini

APROVADO
18/06/13

Dep. Nereu Naveira

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Rosten Edson



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 783/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por escopo estabelecer regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata das Araucárias no Estado do Paraná, inclusive incentivando a formação de cooperativas de agricultores para utilização sustentável desses recursos florestais.

Superada a discussão na CCJ sobre a competência legislativa para proposição do presente projeto, recebo o presente para emissão de opinativo quanto ao mérito da proposição.

É de conhecimento de todos que o Pinheiro do Paraná é uma espécie sujeita à extinção. O Estado, em suas três esferas de poder, não podem se furtar ao dever de criar mecanismos de proteção ambiental e combater àqueles que promovem sua exploração ilegal.

Este projeto visa justamente esta proteção, com mecanismos que incentivam sua preservação e utilização sustentável.

Assim, verificamos que o objeto do presente projeto de lei possui um relevante interesse difuso, ou seja, a proteção do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal:

“Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Dessa forma, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 02 de julho de 2013.

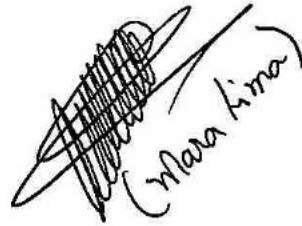

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR


DEPUTADO CAIO QUINTANA

PRESIDENTE DA CEMA


(Elton Velho)


(Pedro Lupion)


(Maria Lima)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

MEMBROS: DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR (PRESIDENTE), DEPUTADO PEDRO LUPION (VICE-PRESIDENTE), DEPUTADO ANIBELLI NETO, DEPUTADO ELTON WELTER, DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR, DEPUTADO GILBERTO MARTIN, DEPUTADO RASCA RODRIGUES.



PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI Nº 783/2011

**ESTABELECE REGRAS DE PROTEÇÃO,
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E INSTRUMENTOS DE
COMPENSAÇÃO PELA PRESERVAÇÃO DA MATA
DE ARAUCÁRIAS.**

Autor: Deputado **ELTON WELTER**

Relator: Deputado **GILBERTO MARTIN**

I – RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Agricultura o Projeto de Lei (PL) nº 783/2011, de autoria do Deputado ELTON WELTER com a seguinte súmula: *"Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da mata de Araucárias."*

Em sua justificativa o autor, em um primeiro momento, esclarece que a proposição foi originalmente apresentada em 2004, não sendo apreciado naquela legislatura e ainda que fora apresentado no ano de 2009, recebendo parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa Legislativa, porém, mais uma vez não foi apreciado pelo plenário até o final daquela legislatura sendo então arquivado.

Quanto ao mérito da proposta o autor aduz sobre a qualidade dos produtos da araucária (madeira, resina, pinhões) fizeram com que a espécie marcasse um dos grandes ciclos econômicos do Estado que apesar de ter durado poucas décadas foi suficiente para extinguir economicamente os recursos naturais originários da espécie.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



Ainda, ressalta que para coibir esses saques econômicos e ecológicos a legislação migrou de um extremo caracterizado pela total tolerância para outro, se tornando demasiadamente restritiva, premiando quem cortou e penalizando aqueles que preservaram a espécie para usufruir de seus benefícios no futuro.

Na continuidade, menciona que o rigor da legislação vigente proíbe, inclusive, o aproveitamento da Araucária até o limite de 15m³ a cada cinco anos, para a realização de melhorias e benfeitorias na propriedade. Assevera que em face da mencionada condição, atualmente não há produtor que plante um só pinheiro em sua propriedade e, ainda, se notar que algum nasceu logo o arrancará com a finalidade de não permitir o estabelecimento de uma espécie intocável e que depreciará o seu imóvel.

Pois bem,

A proposta foi apresentada e lida em expediente, bem como, nos termos regimentais, foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa Legislativa. Em um primeiro momento, na mencionada Comissão, foi exarado parecer pelo nobre Deputado Cesar Silvestre Filho no sentido de baixar em diligência para as Secretarias de Estado do Meio-ambiente e Fazenda (fls. 9/14), sendo o mesmo aprovado pelos demais membros.

Consta da documentação do PL que o autor encaminhou expediente para a Comissão de Constituição e Justiça requerendo a continuidade do trâmite da proposição, considerando que já aguardava há 07 (sete) meses o retorno das diligências (fls. 17).

Atendendo ao requerimento do autor o PL foi relacionado na pauta da Comissão em apreço e recebeu parecer contrário, exarado pelo nobre Deputado Alexandre Curi (fls.27/32). Na sequência o Deputado Tadeu Veneri apresentou voto em separado (fls.18/26), concluindo pela constitucionalidade. Prevaleceu o voto exarado pelo nobre Deputado Alexandre Curi.

Então, o autor apresentou recurso, nos termos regimentais, e após devidamente processado o Deputado Pedro Lupion concluiu pelo provimento do recurso e na oportunidade



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



apresentou Emenda Supressiva (fls. 47/52). Os Deputados Hermas Brandão Júnior, Elton Welter e Ademar Traiano requereram vistas.

Na sequência, o Deputado Ademar Traiano apresentou parecer, com argumentação idêntica ao anteriormente exarado pelo Deputado Pedro Lupion, porém, com Substitutivo Geral (fls.53/58).

Prevalecendo, então, o parecer exarado pela Liderança do Governo pela aprovação da proposta nos termos do Substitutivo Geral.

Foi então encaminhado para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, na qual recebeu parecer favorável, exarado pelo nobre Deputado Jonas Guimarães.

Vindo o PL a esta Comissão de Agricultura, foi designado o Deputado Rasca Rodrigues como relator, o qual declinou a relatoria por motivos de foro íntimo, sendo então designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

Cumpre-me, ainda, informar que neste íterim – chegada do PL a esta Comissão e designação de relator – a Secretária da Comissão acostou parecer exarado pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

No mencionado parecer jurídico, o Instituto conclui pela importunidade da aprovação do PL sob o argumento de que o mesmo estabelece conflito com a Legislação Federal, sendo mais restritivo do que as normativas vigentes.

É O RELATÓRIO.

II - DO VOTO

De início insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-E, *in verbis*:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



'Art. 33-E. Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos '

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer o objeto do presente PL é estabelecer regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da mata das araucárias, logo matéria diretamente afeta a essa Comissão.

Antes da análise de mérito, em um primeiro momento, entendo prudente me manifestar brevemente acerca do parecer encaminhado pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Conforme se verifica da leitura do mencionado parecer, houve a conclusão que não seria oportuno a aprovação do PL em apreço considerando que há conflitos com a legislação federal.

Ocorre que tais argumentos devem ser avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, uma vez que o mencionado dispositivo determina que a constitucionalidade, a legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural são matérias afetas tão somente àquela Comissão.

Deste modo, consigno que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da proposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, podendo a constitucionalidade e a

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



legalidade novamente avaliada em plenário na primeira discussão, conforme determina o artigo 144² do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Ainda, com relação ao parecer encaminhado, consigne-se que em relação ao mérito se limita a esclarecer que discordam da afirmativa constante na justificativa do PL, que as limitações impostas pela atual legislação são responsáveis pela redução dos remanescentes de Araucária.

A mencionada discordância é justificada, no parecer, sob o argumento que se a legislação fosse totalmente permissível não teríamos a garantia de que as áreas com cobertura florestal contendo araucárias seriam preservadas ou ampliadas sob a perspectiva de que poderiam ser cortadas no futuro. E, ainda, que é válido mencionar que as restrições atualmente impostas pela legislação, tem por objetivo assegurar a manutenção da espécie e seus os fragmentos florestais existentes no Estado e não somente o indivíduo.

Porém, analisando o PL sob o prisma meritório, bem como não obstante toda a credibilidade do IAP, deve-se analisar que a legislação ora proposta não libera por todo a exploração de araucárias livremente, ou de qualquer outra espécie de mata nativa.

O artigo 3º do Substitutivo Geral, apresentado na Comissão de Constituição e Justiça menciona:

"Art. 3º. Os recursos florestais das florestas plantadas de domínio privado do pinheiro do Paraná, não sujeitos ao regime de reserva legal ou de florestas protetoras previstas na legislação federal, são suscetíveis de utilização sustentável, nos termos da legislação em vigor" (grifo meu)

Interpretando o mencionado artigo, não se pode afirmar que está liberando por completo o corte de araucárias e a posterior utilização dos seus recursos, havendo a cláusula que a pretensa legislação não recairá em reservas legais.

² Art. 144 A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e legalidade e será feita tomando-se a proposição como um todo.



No mesmo sentido o artigo 4º do Substitutivo Geral impõe regras a serem seguidas pelo produtor rural que pretenda se utilizar dos recursos naturais, bem como exigindo o reflorestamento para haver permissão para o corte das araucárias, senão vejamos:

"Art. 4º. Todo pequeno e médio proprietário rural que plantar pinheiro do Paraná em área sem restrição legal poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, mediante declaração de reflorestamento, onde constará, necessariamente, a localização dos plantios na planta da propriedade ou georreferenciada, indicando as farras e o número de mudas plantadas, sujeito à verificação, até 04 (quatro) anos seguintes, pelo órgão ambiental competente, que conferirá atestado comprobatório em condição de ser averbado à margem da escritura do imóvel. [...]" (grifo meu)

Mais uma vez não deslumbro a hipótese que a legislação, se em vigor, liberará a livre exploração da espécie, mas sim irá possibilitar a utilização dos recursos oriundos das araucárias, quando houver plano de reflorestamento, estando, portanto, vencida esta questão.

Outro aspecto levantado no parecer em comento, é que a legislação não irá garantir que haverá preservação e reflorestamento da espécie para uso futuro.

Assiste razão neste ponto, de fato não há garantia do aumento efetivo do plantio de araucárias no Estado do Paraná, por outro lado, entendo que a atual legislação de fato limita, ou melhor dizendo, desestimula o cidadão a cultivar a espécie uma vez que tem ciência que os trâmites para o corte via de regra são morosos e dispendiosos.

Neste contexto, entendo que ao prever uma maior flexibilidade, com regras rígidas pré-estabelecidas como é o caso da proposição, poderá haver um aumento considerável no plantio, cultivo e utilização da espécie, inclusive por haver determinação que deverá o produtor reflorestar.

Deste modo, sob análise desta comissão não se encontra qualquer óbice na regular tramitação do Projeto de Lei, considerando que o projeto é louvável, promovendo avanços em relação ao cultivo das araucárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



Exclusivamente do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é meritória por estar presente o interesse público e também interesse social.

Por fim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não haver qualquer confronto legislativo não vislumbro a necessidade de emendamento ou proposição de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Desta forma, entendo pela aprovação do PL em apreço e a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 783/2011, de autoria do DEPUTADO ELTON WELTER, em sede de Comissão de Agricultura.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2013.

GILBERTO MARTIN
Relator

HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Presidente

Elton Welter

F. B. R.
Dep. Raula

Dr. Martin

Dep. Laurício



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Estado de Governo

PROJETO DE LEI 188/14

Súmula: Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e Eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º A Casa Civil incorpora a Secretaria de Estado de Governo, a que se refere o art. 1º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, e passa a ter as seguintes atribuições:

I. a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política;

II. o relacionamento público com autoridades civis e políticas; relacionamento, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, bem como com os Poderes Legislativos estadual, municipal e federal e com outras esferas de Governo;

III. a promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos Municípios, em articulação com as demais secretarias e entidades públicas;

IV. o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador;

V. a organização de todo cerimonial público da Governadoria;

VI. a coordenação de unidades de representação do Governo no Estado ou fora dele;

VII. a coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII. a realização de atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações com foco na atuação do órgão;

IX. a análise e elaboração de mensagens e respectivos anteprojeto de lei, bem como de decretos;

X. a coordenação da execução e avaliação dos resultados dos contratos de gestão firmados entre o Governador do Estado e os Secretários de Estado; e

XI. outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A consultoria jurídica à Casa Civil será prestada pela Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica correlata firmados pela Secretaria de Estado de Governo, passam a ser de responsabilidade da Casa Civil.

Art. 3º Ficam transferidos os cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como as funções de gestão pública vinculadas à Secretaria de Estado de Governo para a Casa Civil, ressalvados os cargos previstos nos arts. 8º e 9º desta Lei, que serão destinados, respectivamente, à Casa Militar da Governadoria e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 4º Fica extinto o cargo de Secretário de Estado de Governo.

Art. 5º Fica alterada para Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-1, a denominação do cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1, transferido da Secretaria de Estado de Governo para a Casa Civil, nos termos do Art. 3º desta Lei.

Art. 6º Compete ao Diretor-Geral da Casa Civil as atribuições previstas nos incisos do art. 47 da Lei Estadual nº 8.485, de 3 de junho de 1987, ressalvadas as funções previstas no Art. 7º desta Lei.

Art. 7º Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro da Casa Civil as seguintes atribuições:

I. coordenar a atuação dos grupos setoriais no âmbito da Casa Civil, centralizando as demandas de serviços a eles destinadas e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

facilitando o atingimento de seus propósitos como sistemas estruturantes;

II. praticar os atos administrativos relacionados com os sistemas de planejamento, orçamento, financeiro, de administração geral e de recursos humanos, em articulação com os respectivos responsáveis;

III. praticar os atos administrativos relacionados à gestão orçamentária e financeira da Casa Civil, tais como ordenar despesas, assinar empenhos, ordens de pagamento, boletins de crédito e respectivas notas de estorno e demais documentos correlatos, com observância da legislação em vigor;

IV. promover reuniões com os responsáveis por unidade de nível departamental para coordenação das atividades operacionais da Secretaria;

V. propor ao Secretário a realização de licitações, sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;

VI. promover a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;

Art. 8º Ficam transferidos, da Secretaria de Estado de Governo para a Casa Militar da Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4; 07 (sete) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C; 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 3-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo, 6-C; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 10-C; e 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 9º Fica transferido, da Secretaria de Estado de Governo para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo DAS-5, passando a denominar-se Chefe de Escritório Regional, mantido o mesmo símbolo.

Art. 10. Fica transferido, da Casa Civil para o Instituto das Águas do Paraná, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo DAS-4.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. A simbologia do cargo de que trata o *caput* deste Artigo fica transformada de DAS-4 em DAS-5, passando a denominar-se Gerente de Bacia Hidrográfica.

Art. 11. O art. 1º, da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 30 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passa a denominar-se PARANÁ PROJETOS, tendo como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional.”

Art. 12. O inciso V, do art. 2º, da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V – firmar convênios, acordos ou ajustes com os três níveis de governo, ou seja, federal, estadual e municipal, bem como, com pessoas físicas e jurídicas, para prestar serviços relacionados à elaboração e implementação de projetos públicos que viabilizem o desenvolvimento local e regional.”

Art. 13. O art. 5º, da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS será composto por 05 (cinco) membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.”

Art. 14. O art. 17, da Lei nº 12.215, de 1998, alterado pela Lei nº 17.745, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Em caso de extinção da PARANÁ PROJETOS, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.”

Art. 15. Os efeitos do artigo 23, da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passam a vigorar após o atendimento ao disposto no artigo 19, da Lei retro citada.

Art. 16. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP proceder a readequação e os ajustes



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

administrativos necessários à implementação dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e da carga patrimonial.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, elaborar os atos de reformulação e realizar a implantação das alterações organizacionais do órgão tratado nesta Lei.

Art. 18. Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda a realização dos ajustes necessários para as alterações orçamentárias dos órgãos tratados nesta Lei.

Art. 19. Fica autorizada a participação dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral do Estado e do Controlador-Geral nos Conselhos Nacionais dos seus respectivos órgãos, bem como o pagamento de anuidade aos referidos Conselhos Nacionais.

Art. 20. A participação do Secretário de Estado de Governo, nos Conselhos de Administração das entidades do Poder Executivo Estadual e nos Conselhos Estaduais de Políticas passa à responsabilidade do Chefe da Casa Civil.

Art. 21. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 023 /2014



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 28/04/2014
Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 ABR. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

No uso da atribuição conferida pelo art. 66, incisos I e IV, e de conformidade com o preceito contido no art. 53, incisos VIII e X, todos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva incorporar a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil, assim como adotar outras providências.

A presente medida reveste-se de grande significado e consulta plenamente aos interesses públicos, pois a implantação da reestruturação ora proposta, com incorporação, readequação de funções e transferência de cargos, virá dotar o sistema de administração do Poder Executivo de aprimoramento das ações públicas na busca de melhores formas de aplicação dos meios e recursos.

Ademais, em tempos de acentuada demanda de ações governamentais em vários campos da atividade pública, é dever do Estado procurar obter maior eficiência da máquina administrativa a custos compatíveis, buscando-se, permanentemente, os melhores resultados possíveis.

Ressalte-se que a presente medida não implica em aumento de despesas, ao revés, permite a revisão de órgãos e setores primando pela eficiência administrativa com redução de custos e procedimentos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE DESPESA


Declaramos para os devidos fins, na qualidade de ordenadores de despesas, que o objeto constante do Anteprojeto de Lei correspondente à incorporação da Secretaria de Estado de Governo – SEEG à Casa Civil e outras providências, não ocasionará impacto orçamentário-financeiro, no tocante ao gasto com pessoal, no presente exercício e nos subsequentes, tendo em vista que haverá:

- 1- Extinção de 1 (um) cargo de Secretário de Estado;
- 2- Transformação de 1 (um) cargo de maior simbologia (DAS-4) para outro de menor símbolo (DAS-5);
- 3- Transformação de 1 (um) cargo de Diretor Geral em Diretor Administrativo-Financeiro, de menor valor.

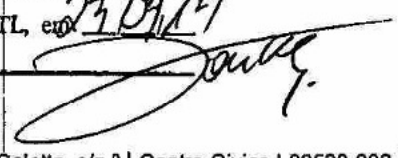
CURITIBA, 23/04/2014.



JAMIL ABDANUR JUNIOR
DIRETOR GERAL DA SEEG



LORIANE LEISLI AZEREDO
DIRETORA GERAL DA CASA CIVIL

Confere com o original
SEEG/CTL, em 23/04/14
Ass. 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 188/2014

Projeto de Lei nº 188/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 023/2014

Súmula: Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências.

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO. INCORPORAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO À CASA CIVIL. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INCISOS I E IV E 87, INCISO VI DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ART. 53, INCISOS VIII E X DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo incorporar a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil, assim como adotar outras providências.

Nos termos da Mensagem, a implantação da reestruturação ora proposta, com incorporação, readequação de funções e transferência de cargos, virá dotar o sistema de administração do Poder Executivo de aprimoramento das ações públicas na busca de melhores formas de aplicação dos meios e recursos.

VISTA EM 23/04/14
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Luizides

Senave

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **Constituição do Estado do Paraná**, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, incisos I e IV e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, observa-se que acompanha a proposição em tela a declaração de adequação de despesa, no sentido de afirmar que tal incorporação não ocasionará impacto orçamentário-financeiro, no tocante ao gasto com pessoal, no presente exercício e nos subsequentes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

[Handwritten signature]
Dep. Cordeiro

[Handwritten signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Handwritten signature]
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

[Handwritten signature]
Dep. Paulo

[Handwritten signature]
Dep. Turiani

[Handwritten signature]
Dep. Henrique

[Handwritten signature]
Dep. Sampaio

[Handwritten signature]
Dep. Sampaio

[Handwritten signature]
Dep. Pastor

APROVADO
06/05/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Handwritten signature]
Dep. Sampaio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 188/14

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 023/14, que objetiva incorporar a Secretaria de Estado de Governo, a que se refere o art. 1º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013 a Casa Civil e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o competente parecer favorável que foi aprovado, em virtude de sua constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa, conforme acentua o autor, é dever do Estado procurar obter maior eficiência da máquina administrativa a custos compatíveis, buscando-se, permanentemente, os melhores resultados possíveis.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, o autor da proposta esclarece que a medida não implica em aumento de despesas, pelo contrário, trará redução de custos e procedimentos.

No mesmo entendimento, segue a declaração de adequação de despesa, subscrita pelo Sr. Jamil Aabdanur Júnior Diretor Geral da Secretaria de Estado de Governo - SEEG; e ainda, da Sra. Loriane Lesli



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Azeredo, Diretora Geral da Casa Civil, esclarecendo que a proposta em tela não ocasionará impacto orçamentário-financeiro, no tocante ao gasto com pessoal, no presente exercício e nos subsequentes.

Vale ressaltar, que a Constituição do Estado em seus arts. 53, 66, 65 e 87, ressaltam que a iniciativa privativa e competência de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14/05/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



